RELATO DE EXPERIÊNCIA

EXPERIENCE REPORT
RELATO DE EXPERIENCIA

Relato de intervenção psicossocial em Instituição de Longa Permanência para Idosos

Psychosocial intervention report in Long-stay
Institutions for the Elderly

Informe de intervención psicosocial en una institución a largo plazo para personas mayores

Thays Hage da Silva Léia da Conceição Pereira Caio Gracco Lima Ancillotti Sabrina Gusmão Pimentel Ana Maria Justo

RESUMO: Descreve-se a experiência de uma intervenção psicossocial numa Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). As principais demandas foram as questões identitárias, autoestima, estimulação sensorial e cuidadores. A abordagem psicossocial mostrou-se eficaz ao propiciar espaço de acolhida e reconhecimento da singularidade dos idosos. Sugere-se estudos, de cunho psicossocial, com foco na importância do psicólogo nos equipamentos de alta complexidade do SUAS (Serviço Único de Assistência Social), sobretudo nas ILPIs.

Palavras-chave: Instituições de Longa Permanência para Idosos; Intervenção psicossocial; Envelhecimento.

ABSTRACT: We describe the experience of a psychosocial intervention in a long-stay care instituition for elderly. The localized demands were the issues of identity, self-esteem, sensory stimulation and caregivers. The psychosocial approach provided a welcoming space and acknowledgment the singualrity of the elderly. Psychosocial studies are suggested, focusing on the importance of the psychologist in the highly complex equipment of the social assistance system, in long-stay care institutions for elderly.

Keywords: Long-stay care instituitions for elderly; Psychosocial intervention; Aging.

RESUMEN: Se describe la experiencia de una intervención psicosocial en un centro de atención a largo plazo para ancianos (ILPI). Las principales demandas fueron cuestiones de identidad, autoestima, estimulación sensorial y cuidadores. El enfoque psicosocial demostró ser eficaz para proporcionar un espacio acogedor y el reconocimiento de la singularidad de los ancianos. Se sugieren estudios psicosociales, centrándose en la importancia del psicólogo SUAS altamente complejo, los LTCF. en equipo especialmente en Palabras clave: Instituciones de atención a largo plazo para ancianos; Intervención psicosocial; Envejecimiento.

Introdução

A população idosa tem crescido consideravelmente no mundo. De acordo com o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), o contingente populacional em nível mundial está ficando mais velho em função da relação desproporcional entre a elevada expectativa de vida *versus* a queda de fertilidade.

Em 2018, verificou-se que o quantitativo mundial de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos superou o quantitativo de crianças menores de cinco. Em adição, as estimativas deste documento apontam que a taxa de fertilidade registrada em 2019, equivalente à média de 2,5 filhos por mulher, reduzirá para 2,2 em 2050. De modo sintético, ainda de acordo com as projeções populacionais do relatório da ONU, até 2050, no mundo: (a) A expectativa de vida de 72,6 anos registrado em 2019 aumentará para 77,1 anos; (b) O número de pessoas com 80 anos saltará dos atuais 143 milhões para 426 milhões; (c) A cada seis pessoas no planeta, uma terá idade superior a 65 anos; e (d) A América Latina é uma das regiões que terá o quantitativo da população com mais de 65 anos dobrado entre 2019 a 2050.

O Centro Internacional de Longevidade Brasil (LCI, 2015) aponta ainda que os grupos populacionais mais velhos, acima dos 80 anos principalmente, estão crescendo em maior proporção do que qualquer outra faixa etária. Além disso, Côrte e Brandão (2018) apontam um aumento significativo de nonagenários e centenários. As mesmas autoras ressaltam que houve um aumento na expectativa de vida, ou seja, na quantidade de anos vividos pelos indivíduos e não na longevidade da espécie humana, que é de 125 anos. Desse modo, o termo longevidade avançada é estabelecido para caracterizar a ampliação do tempo de vida dos indivíduos.

O envelhecimento populacional está diretamente relacionado a mudanças sociais que vêm ocorrendo desde o final do século XX. O Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2012) considera o aumento da longevidade uma grande conquista por parte da humanidade e aponta, como fatores influenciadores deste fenômeno, os avanços da medicina preventiva, hábitos adequados de nutrição, ampliação das condições de saneamento básico, acesso a serviços de saúde e bem-estar econômico. Além disso, incluem-se também as quedas abruptas nas taxas de fertilidade, o que reflete a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como as alterações na composição familiar (Bitencourt, 2019).

Conforme a Lei 8.842/94, a pessoa é considerada idosa a partir dos 60 anos, embora existam instâncias sociais que considerem idoso o indivíduo a partir dos 65 anos. Contudo, Schneider e Irigaray (2008) salientam que o envelhecimento não é determinado apenas pela idade cronológica de um indivíduo, ou seja, quantos anos ele viveu, mas se configura como consequência das experiências passadas, da forma como se vive e se administra a própria vida no presente, e de expectativas futuras. Em consonância, o paradigma *lifespan*, proposto por Baltes e Baltes (1990), considera o envelhecimento do organismo como um processo contínuo, multidimensional e multidirecional, em que ocorrem mudanças orquestradas por influências genético-biológicas e socioculturais, de natureza normativa e não normativa, marcado por ganhos e perdas concorrentes, e por interatividade entre o indivíduo e a cultura. Tal processo não é marcado apenas por aspectos negativos. Diante das diferentes dimensões, envelhecer é uma experiência que pode ser positiva ou negativa, dependendo da história de vida de uma determinada pessoa e do modo com a sociedade em que ela vive enxerga tal processo. Em relação ao processo de perdas e ganhos ocorridos no envelhecimento, Baltes e Baltes (1990) propõem a teoria de seleção, otimização e compensação (teoria SOC), a qual determina que os ganhos e perdas que ocorrem durante o envelhecimento são resultantes da interação entre os recursos da pessoa com os recursos do ambiente em que esta está inserida, de um modo interdependente.

Desse modo, Neri (2006) ressalta que, de acordo com o proposto pelo paradigma *Lifespan*, os determinantes do envelhecimento se relacionam com a alocação de recursos nos diferentes momentos da vida, caracterizando percursos como o do crescimento na infância, da manutenção na vida adulta e da regulação de perdas na velhice. Sendo assim, durante toda a vida há uma atuação sistêmica e concomitante da seleção, otimização e compensação, para uma produção de envelhecimento bem-sucedido e adaptativo. Papaléo Netto, Yuaso e Kitadai (2005) ressaltam que a promoção deste modo de envelhecimento está relacionada com a valorização da autonomia e da preservação da independência física e mental do idoso.

Questões relativas à população idosa ganharam atenção notória somente em meados da década de 1990. Desde então, houve considerável interesse por parte da comunidade científica em compreender o envelhecer; concomitantemente, de modo gradual, aumentou a procura por serviços oferecidos por consultório médico e de psicologia voltados à qualidade de vida, escuta e cuidado ante a pessoa idosa (Botelho, 2016). Apesar de o envelhecimento da população refletir conquistas importantes, o fenômeno traz consigo desafios para sociedade, ao se defrontar com a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas a esta população e de implementação de ações preventivas e de cuidado que componham uma rede de serviços e ações no âmbito da proteção social (Miranda, Mendes, & Silva, 2016). Outro desafio, destacado por Bezerra, Almeida e Nóbrega-Therrien (2012), é o de garantir qualidade de vida à parcela da população idosa constituída por pessoas de níveis, socioeconômico e educacional, baixos e com elevada prevalência de doenças crônicas e incapacitantes.

A promoção de envelhecimento saudável é de responsabilidade também de órgãos públicos. Diante disso, a fim de delinear melhor tal processo, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) passou a adotar o termo "envelhecimento ativo" para expressar o processo de envelhecimento que seja experienciado de forma positiva, de modo que os indivíduos desfrutem de oportunidades contínuas de saúde, participação social e segurança, para, assim, melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas vão envelhecendo. Nesse sentido, o investimento em políticas e programas de envelhecimento ativo que colaborem para a promoção de saúde, a participação social e a segurança dos cidadãos em diferentes faixas etárias é de suma importância, de modo a prevenir e retardar incapacidades e doenças crônicas, bem como manter a autonomia.

No Brasil, o direito ao cuidado integral à saúde do idoso é consolidado pela Lei n.º 8842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e pela a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Entretanto, esta legislação implica em múltiplos desafios aos profissionais e pesquisadores do campo da saúde, em função da complexidade do processo de prevenir e tratar danos da saúde desta população. Diante deste cenário, a área da Psicologia dispõe de tecnologias interventivas aplicáveis à população com idade avançada, ainda que este campo de estudo seja incipiente. Cabe não apenas à Psicologia, mas também outras áreas da área da Saúde e Ciências Humanas e Sociais, em que é exemplar a Gerontologia, ampliar o conhecimento sobre o envelhecimento, bem como contribuir para a capacitação de profissionais, a fim de intervir considerando as especificidades desse processo (Ribeiro, 2015).

Apesar de o Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, priorizar que esse idoso seja acolhido no seio da própria família, isto nem sempre é viável. Camargos, Rodrigues e Machado (2011) destacam que as políticas voltadas à população idosa existentes ainda não são suficientes para prestar assistência adequada aos idosos que não possuem auxílio da família ou recursos financeiros e necessitam de apoio, de modo que a institucionalização ainda é a principal alternativa. Assim, diante da necessidade de garantir assistência aos idosos que, por algum motivo, necessitam sair de seus lares, ou que não possuem um, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) surgiram como alternativa de assistência, buscando garantir condições de bem-estar físico, emocional e social. Estas são definidas pela RDC n.º 283, de 26 de setembro de 2005 como instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005).

A institucionalização se tornou uma realidade presente na atualidade, uma vez que acolhe demandas diversas geradas por fatores demográficos, sociais e de saúde (Bentes, Pedrozo, & Maciel, 2012). No Brasil, o panorama das instituições é em grande parte negativo e frequentemente estão associadas ao modelo asilar de cuidado, estando, desse modo, muito abaixo das condições mínimas para o envelhecimento bem-sucedido (Tomasini, & Alves, 2007).

Camarano e Kanso (2010) apontam ainda que a origem das ILPIs está atrelada à noção de asilo, que anteriormente atendia a população menos abastada e carente de abrigo. Em geral, o ambiente institucional é marcado por regras rígidas e rotina diária que pouco motivam o idoso a se comportar de modo autônomo e com perspectivas de alterações positivas em seu cotidiano.

Além disso, para Bentes, Pedroso e Maciel (2012), se, por um lado, as ILPIs acolhem e dão assistência ao idoso, por outro, dificultam o contato social externo, aumentando a probabilidade de um confinamento social.

De acordo com dados recentes do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2018), houve aumento dos registros de idosos residentes de ILPIs conveniadas aos estados e municípios, elevando o número de 45.827 idosos em 2012 para 60.939 no ano de 2017. Nas ILPIs, o atendimento às necessidades básicas diretamente ligadas ao corpo físico frequentemente se coloca em primeiro plano, enquanto o atendimento psicossocial, bem como questões vinculadas à noção ampliada de saúde acabam por ficar em plano secundário (Queiroz, & Silva, 2012). A relevância de intervenções psicossociais nesses espaços justificase por propiciar atividades que promovam reflexões e elaborações das vivências dos indivíduos, bem como favorecer a retomada da própria história enquanto sujeitos construtores e autônomos (Afonso 2010). Tal objetivo pode ser alcançado por intermédio de oficinas de intervenção psicossocial, que, na perspectiva de Afonso, é:

[...] um trabalho estruturado com grupos, independente do número de encontros, sendo focado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolvem os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir (Afonso, 2010, p. 9).

As ILPIs estão inseridas no âmbito do Serviço Único de Assistência Social (SUAS) e configuram-se como mecanismo de acolhimento da proteção social especial da alta complexidade de idosos que vivenciam situações de abandono, negligência e vínculos familiares rompidos (Pinto, & Simson, 2012). Dentre as inúmeras atribuições à atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial da Alta Complexidade, destacam-se a elaboração de atividades que afirmam a autonomia dos usuários, promovam resgate de vínculos familiares e comunitários, sempre que possível, além de acessar pontos da rede da assistência. Cabe ressaltar que é imprescindível que as ações tenham como foco o respeito à singularidade do sujeito (CFP, 2016).

As intervenções psicossociais, coincidem com a atuação requerida pelo profissional psicólogo no SUAS. O CFP (2016) atribuiu a tal atuação o dever de pautar as intervenções na perspectiva da garantia de direitos através da Política de Assistência Social, incorporando

também o emprego de ações com vistas à visão crítica no que tange a realidade social, historicidade e relações de poder. Nesse sentido, a Psicologia Social, em suas múltiplas abordagens, é capaz de estimular a compreensão crítica do psicólogo em sua atuação, levando em consideração as especificidades sociais do sujeito de direitos da política em questão.

Dada a especificidade do contexto e a necessidade de formação qualificada para a atuação com idosos, a relevância deste trabalho justifica-se pela carência de estudos sistematizados acerca da atuação do Psicólogo no SUAS, tema que demanda maiores contribuições em termos de referências teóricas, técnicas e metodológicas, sobretudo no que tange à intervenção psicossocial em contexto de ILPI (CFP, 2016). O presente artigo objetiva descrever a experiência de estágio em Psicologia no contexto de ILPI e suscitar reflexões acerca das possibilidades – e necessidades – na atuação da Psicologia no Sistema Único da Assistência Social.

Método

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido no contexto de estágio específico, com duração de dois semestres letivos. A equipe de intervenção foi composta por cinco estudantes finalistas do curso de Psicologia de uma Universidade Federal da região sudeste do país e a professora orientadora do Estágio.

Local e participantes

Participaram da experiência relatada 17 idosos residentes em uma ILPI localizada em região metropolitana no sudeste do país. Em sua maioria, possuíam grau de dependência II, isto é, necessitavam de auxílio para a realização de atividades diárias como alimentação, mobilidade, higiene e grau de dependência III, ou seja, apresentavam dependência total para a realização de atividades cotidianas (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005). Além disso, boa parte dos idosos possui baixa renda e escolaridade, sendo que alguns se encontravam em contexto de risco e vulnerabilidade social antes de ir para a ILPI. Em relação ao contato com os familiares, a interação com os mesmos é limitada, ocorrendo poucas visitas ao local. Alguns dos idosos possuem vínculos familiares rompidos.

A entidade é filantrópica, conveniada à Prefeitura municipal, e administrada por uma associação religiosa. Conta com equipe técnica composta por: dois diretores, uma assistente social, dois cozinheiros, uma auxiliar de serviços gerais, uma lavadeira, uma fisioterapeuta, oito cuidadores e um grupo de voluntários.

Dinâmica das atividades realizadas

A dinâmica do estágio concretizou-se em encontros semanais, em que os estagiários compareciam a campo duas vezes na semana, por quatro horas O estágio durou dois semestres letivos, totalizando 32 semanas. Como fundamentação das propostas, fez-se uso das contribuições da Psicologia do Envelhecimento, orientadas por intervenções de cunho psicossocial. Dada as limitações práticas do contexto, no que se refere aos grupos, cujos participantes apresentavam limitações de ordem cognitiva, motora e visual, foi necessário adaptar as oficinas propostas.

Em campo, os estagiários propuseram intervenções junto à Instituição a partir da identificação de demandas, tanto dos moradores quanto dos funcionários. A experiência de campo era registrada semanalmente em diário de campo e discutida nas supervisões semanais com a professora orientadora. As supervisões eram divididas em três momentos. No primeiro momento discutiam-se textos a partir de produções científicas atualizadas e temáticas emergentes no campo, como a institucionalização do idoso, representação social da velhice, sexualidade, morte e luto, diretrizes que regulamentam o funcionamento de uma ILPI, desenvolvimento do idoso, racismo, dentre outros. No segundo momento, partilhavam-se os principais acontecimentos da ida a campo e avaliava-se a intervenção proposta para a semana. Este momento foi guiado pelos diários de campo. Por fim, no terceiro momento, intervenções eram elaboradas semanalmente, propondo atividades complementares nos dois períodos de intervenção.

As atividades realizadas na ILPI consistiram, primeiramente, em conhecer os idosos, a equipe da instituição e o modo de funcionamento. A partir disso, procurou-se identificar e analisar as necessidades de uma instituição de longa permanência, no âmbito do trabalho de cuidado e assistência aos idosos, elaborar oficinas que permitissem interação entre os próprios idosos e entre os idosos e a equipe, além de incentivar a convivência familiar e comunitária. Todas as atividades tinham como base a proposta da intervenção psicossocial no contexto de uma ILPI, atuando com os idosos e com a equipe profissional. As oficinas foram pensadas de acordo com as demandas observadas ao longo das idas a campo. Diante disso, foram traçados caminhos para as intervenções que resultaram em seis eixos, apresentados na figura 1. Os eixos norteadores se dividiram em dois grandes grupos: o das intervenções realizadas com os idosos e o das intervenções realizadas diretamente com os profissionais.

Durante o estágio, percebeu-se que estar na instituição propondo intervenções psicossociais estava para além do trabalho com os idosos, mas era necessário que ocorressem intervenções que contemplassem, de modo mais amplo, todos os integrantes da instituição.

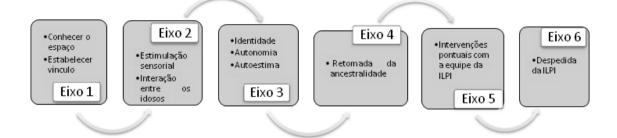


Figura 1. Eixos norteadores das intervenções

Resultados e Discussão

Os impactos da experiência foram evidenciados por relatos verbais, ações e devolutivas por parte dos idosos, funcionários e direção, no decorrer do estágio. As intervenções com os idosos estão representadas pelos eixos 1, 2, 3 e 4. Já a intervenção com os funcionários e Direção estão contemplados pelo eixo 5. O eixo 6 refere-se ao encerramento das atividades na ILPI.

Intervenções na ILPI

O primeiro eixo consistiu em intervenções voltadas à inserção dos estagiários no ambiente da ILPI, de modo que pudessem conhecer a instituição e seu funcionamento, a história dos idosos ali residentes, por meio de conversas e leitura dos Planos de Individual de Atendimento (PIA), além da observação sobre o modo como os funcionários atuavam. Foram observados os seguintes resultados do eixo 1: (a) procura ativa e disponibilidade dos idosos em conversar com os estagiários; (b) compartilhamento de suas histórias; (c) demanda, por parte dos idosos, da presença dos estagiários em mais dias da semana; (d) expectativa dos idosos para o retorno dos alunos na semana seguinte. Tais resultados indicam o estabelecimento de vínculo positivo.

Esse processo inicial foi fundamental para o direcionamento das intervenções psicossociais subsequentes, ao permitir o conhecimento dos sujeitos, levando em consideração as influências dos contextos de inserção sobre estes emergentes ao longo da vida. Ademais, em determinados eventos promovidos nos finais de semana pela instituição, foi possível uma aproximação também com as famílias dos idosos. Em consonância, Faria e Carmo (2015) salientam que compreender a institucionalização e o modo como interfere na vida do idoso requer um conhecimento acerca da política organizacional da instituição, das características individuais dos idosos, nível de autonomia física e psicológica, e da intensidade dos vínculos relacionais com elementos exteriores à instituição, particularmente a família.

Após os primeiros encontros, algumas demandas puderam ser observadas, como as poucas interações entre os idosos. Estas, quando ocorriam, na maior parte das vezes, ou eram com os cuidadores e voluntários ou mediadas por eles. O local em que as maiores interações ocorriam era em uma mesa em que poucos idosos jogavam dominó. Consequentemente, estimulações sensoriais e cognitivas também quase não ocorriam. Aponta-se que a escassez de interações entre os idosos da ILPI estava relacionada às limitações dos idosos, bem como a sobrecarga de trabalho dos cuidadores, tornando inviável o desenvolvimento regular de atividades interativas, dado a demanda de tempo.

Barbosa, Noronha, Camargos e Machado (2019) apontam que a inclusão e integração social são aspectos importantes a serem considerados no contexto da institucionalização de idosos, e que existem muitos desafios relacionados a tal questão, devido à dificuldade de comunicação, isolamento e até mesmo o abandono. Tais autores ressaltam ainda que as instituições devem estimular a integração dos idosos para além da prestação de serviços e cuidados básicos, privilegiando interações de modo a criar o pertencimento destes ao grupo, o que, consequentemente, proporciona a criação de novos projetos e objetivos de vida para esta nova etapa.

Diante disso, o eixo 2 foi estruturado a fim de conduzir o grupo de estagiários em intervenções focadas na estimulação sensorial (tátil, motora, visual, auditiva), e na promoção de interações entre os idosos residentes. Para tal, foram desenvolvidas atividades como oficina de pintura com as mãos, elaboração de dominó por parte dos idosos e utilização de música, como ferramentas de intervenção. As atividades eram preferencialmente desenvolvidas em grupo.

Além da observação direta por parte dos estagiários, os resultados deste eixo concretizaram-se também via relato verbal dos cuidadores e da direção, ao atribuírem às intervenções mudanças no comportamento dos moradores representado por maior interação entre eles (e.g., idosos passaram a se comunicar mais entre si) e maior cuidado (e.g., idoso pedir para cuidador colocar chinelo em outro morador ou avisar que outro idoso está sentindo frio). Ainda de acordo com a percepção das profissionais, "a casa está com um clima diferente, está mais movimentada". Desse modo, tais mudanças evidenciaram a importância da qualidade das relações interpessoais que, na perspectiva de Pinheiro e Borloti (2006), são cruciais para a promoção de saúde e da qualidade de vida dos sujeitos. Além disso, são essenciais para a produção de pertença e identidade grupal. Nesse contexto, o profissional de Psicologia se torna importante na viabilização de recursos para a prevenção de perdas cognitivas e promoção de integração grupal.

Visto que a institucionalização requer adaptação às novas regras e ao ambiente, onde há escassez de privacidade, o idoso perde sua autonomia e uma parte da identidade. Observouse que os idosos não escolhiam as próprias roupas, não viviam seus momentos de prazer sexual de modo privado, não escolhiam o que comer e o horário das atividades era o mesmo para todos. Além disso, os idosos não podiam usar o banheiro quando queriam, pois, para otimização do tempo, as necessidades fisiológicas deviam ser feitas na fralda, mesmo para aqueles que possuíam leves dificuldades no controle dos esfíncteres. Estes elementos, para Queiroz e Silva (2012), caracterizam a ILPI como uma instituição total, na qual as instâncias da vida ocorrem de modo rígido e monitorado. As autoras discorrem que a associação destas características com as experiências sociais e físicas do processo de envelhecimento contribuem para a fragilização do bem-estar dos idosos. Este processo interfere negativamente na autoestima, pois há uma perda progressiva de boa parte das dimensões que o caracterizam como sujeito (Alves-Silva, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013).

Faz-se necessário ressaltar que as descrições supracitadas não devem ser utilizadas de modo a culpabilizar a instituição, seus gestores ou colaboradores, mas nos permitem explicitar a precariedade com que este grupo de idosos em condição de vulnerabilidade vivencia os anos finais de suas vidas. Ademais, nos permitem discutir o quanto as políticas públicas voltadas para idosos ainda carecem de melhorias e avanços. Reflete-se também o quanto as lacunas da política interferem no campo prático de atuação com o público idoso.

Dentre algumas lacunas observadas nesta experiência, pode-se citar a limitação quanto à equipe profissional mínima, inclusive não sendo prevista, na legislação vigente, a obrigatoriedade do profissional psicólogo; baixa qualificação de alguns profissionais; sobrecarga dos cuidadores. Destaca-se que os oito cuidadores da instituição se revezam em dois turnos. Desse modo, havia uma média de quatro cuidadores por turno para assegurar as condições básicas de 17 idosos, a maioria com grau de dependência II e III. Em função da intensa demanda por cuidados, torna-se inevitável que aspectos subjetivos e atendimento de necessidades individuais ficassem em segundo plano.

Nesse contexto, o eixo 3 surgiu com a finalidade de propor intervenções que visavam a trabalhar, de modo direto, ou indireto, as questões acerca da identidade e identificação grupal, além da autonomia e autoestima dos residentes. Algumas estratégias foram adotadas, a fim de possibilitar a expressividade ora por via verbal, ora não verbal (através de pinturas, fotos e elaborações artesanais diversas) dos idosos. Diante disso, foram desenvolvidas oficinas de fotos na modalidade individual, e em grupo, ocasião em que os idosos escolheram as roupas, os próprios acessórios e local onde gostariam de ser fotografados. Posteriormente, este material foi utilizado para a confecção de porta-retratos e um vídeo dos idosos. Durante a realização da atividade, alguns idosos relataram que fazia tempo que não se sentiam bonitos. Os resultados desta intervenção foram evidenciados por meio de risos, apreciação da própria imagem na foto, expectativa quanto ao resultado final dos porta-retratos e do vídeo.

A autonomia se materializou nas intervenções propostas ao longo do estágio por intermédio de estratégias simples, mas cruciais, como: (a) Respeito a não disponibilidade do idoso em participar da atividade proposta e o anseio de ficar em silêncio quando convocado; (b) Escolha voluntária dos materiais, das cores das tintas, lápis e giz para realização das atividades; (c) Possibilidade de interromper a realização da atividade a qualquer momento; (d) Auxílio na locomoção para o local que gostaria de ir (e.g., tomar sol, ir para o salão principal, levantar as pernas); (e) Possibilidade de recusa por comer todo alimento posto no prato; e (f) Escolha de desenhos e formas de pintar durante a realização das atividades. O respeito a estes aspectos contribuiu para o fortalecimento de vínculos e da confiança entre idosos e estagiários, ao mesmo tempo em que lhes garantia possibilidades de escolha e, portanto, promovia autonomia. Os resultados da experiência descritos acima demonstraram que a intervenção psicossocial se configura como potencial recurso de auxílio no processo de adaptação à institucionalização, ao levar em conta as questões de vida do sujeito e sua individualidade, de modo a ajudá-lo a enfrentar e ressignificar esta nova etapa.

De acordo com Guerra (2008), tais procedimentos contribuem para a produção de subjetividade e possibilidades alternativas de existência, uma vez que prezam pela autonomia do sujeito.

Continuando as intervenções que visavam a trabalhar as identidades dos idosos, o eixo 4 das atividades teve como tema a retomada sócio-histórica de suas ancestralidades. Aqui foram retomados alguns elementos constituintes dos residentes, como suas histórias de vida, lugares por onde passaram, moraram ou trabalharam. A fim de operacionalizar o objetivo do eixo, foram propostas atividades que resgatassem memórias da infância, como brincadeiras, músicas e o folclore brasileiro. Cada idoso foi convidado a montar um mapa da própria história desde o nascimento até à fase adulta. Posteriormente, o mapa com a história de cada idoso foi apresentado pelos estagiários em um evento na ILPI, o que permitiu que todos conhecessem a história um do outro.

Como resultados deste eixo, tem-se a criação de espaço para o resgate de memórias afetivas e de vivência de algumas emoções pouco acolhidas em outros contextos. Muitos idosos se emocionaram ao relembrar eventos do passado. Estes resultados indicam que as intervenções contribuíram para o reconhecimento e a afirmação da identidade dos idosos, em um cenário de valorização de suas histórias, tanto por parte dos pares, quanto dos profissionais e voluntários da instituição. Conforme apontado por Queiroz e Silva (2012), as intervenções psicológicas em instituições devem resgatar a identidade dos idosos, de modo que seja realizado um mergulho da história de vida de cada um, história esta que inevitavelmente acaba por ser esquecida com a inserção na instituição.

Nas ILPIs, as intervenções psicossociais têm como foco não apenas os idosos, mas todas as pessoas que fazem parte da instituição. Assim, o objetivo do eixo 5 foi promover intervenções pontuais com os cuidadores e com as gestoras. A julgar que a relação entre os profissionais e idosos institucionalizados pode ser atravessada por estereótipos negativos (Queiroz, & Silva, 2012), reproduzindo hostilidade e exclusão, a equipe de estagiários promoveu intervenções através de reuniões pautadas em reflexões e contribuições da Psicologia, acerca de três principais temas: aspectos do desenvolvimento de idosos, sexualidade e racismo.

O primeiro tema discutido com os cuidadores girou em torno do equívoco em considerar a velhice apenas enquanto declínio. Desse modo, apontaram-se as perdas como inerentes ao desenvolvimento humano, não apenas à velhice.

A fim de concretizar a discussão, exemplos concretos foram ilustrados à luz do modelo da Teoria SOC (Baltes, & Baltes, 1990; Baltes, & Smith, 2004; Neri, 2006). A comecar pela seleção, mencionou-se a preferência de alguns idosos em engajar sua energia a jogos de dominó, ao invés de outras atividades grupais propostas como pintura com as mãos ou oficina de percussão. Em relação à otimização, foram citadas como exemplo as intervenções desenvolvidas pelos fisioterapeutas da instituição, a fim de maximizar a potência de funcionamento motor dos moradores, possibilitando, dentro das condições de cada um, a manutenção de movimentos essenciais, como comer sozinho, s locomoção das pernas e braços e caminhar com auxílio de andador ou muletas. Por fim, como ilustração de compensação a utilização de cadeira de rodas, óculos, medicamentos e fraldas. Logo, apesar de perdas presentes ao longo do processo de envelhecimento, a teoria SOC permite refletir em como a relação entre seleção, otimização e compensação durante a vida pode contribuir para desenvolvimento mais ou menos bem-sucedido através da maximização dos ganhos e minimização das perdas. Evidenciava-se, assim, que, apesar das perdas, recursos compensatórios são passíveis de serem mobilizados, permitindo a otimização da relação do indivíduo em seu contexto de inserção.

Ao introduzir o tema da sexualidade com os cuidadores, no primeiro momento discutiuse a sexualidade e sexo como fenômenos diferentes. O sexo refere-se ao ato sexual, enquanto a sexualidade possui sentido amplo, englobando também aspectos de ordem subjetiva como o afeto, carícias, companheirismo, intimidade e carinho (Bessa, et al., 2010). Desse modo, de acordo com o relato verbal dos cuidadores, a sexualidade manifestava-se na Instituição por intermédio da expressão do cuidado com o outro, no admirar o outro, aperto de mão, abraço e na masturbação. Tal fato evidencia que não há modo único de vivenciar a sexualidade. Pelo contrário, como apontado por Venturini (2017), também pode ser expressa por fantasias, crenças e desejos. A depender da instituição, a institucionalização pode se configurar como fator agravante à manifestação da sexualidade dos idosos, uma vez que tal temática ainda é permeada por preconceitos, estereótipos e tabus (Dalvi, 2011; Machado, 2014). Isso contribui para que a expressão da sexualidade seja considerada por profissionais como desvio comportamental e não expressão de necessidade básica humana (Palacios-Ceña, Martínez-Piedrola, Pérez-de-Heredia, Huertas-Hoyas, Carrasco-Garrido, & Fernández-de-las-Peñas, 2016). Dito isso, a reunião com os profissionais permitiu discutir e contribuiu para desmistificar o "mito da assexualidade" em idosos e a noção de velhice como sinônimo de declínio.

Foi possível também alinhar o trabalho do psicólogo com os outros agentes da Instituição. Assim, notou-se o quanto o cuidado ao idoso requer que os profissionais conheçam o processo de envelhecimento, planejem ações e tenham práticas adequadas às necessidades de cada indivíduo usuário do serviço. Para fazê-los avançar no conhecimento das políticas públicas, faz-se necessário refletir sobre a capacitação regular, por meio de educação permanente e a valorização da equipe que compõe uma ILPI, a fim de que o cuidado demandado por cada morador seja elaborado para além de aspectos físicos-biológicos, mas que considere a especificidade do contexto e as necessidades afetivas. Inclusive, Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2013) ressaltam que a formação continuada pode contribuir para o desenvolvimento desses profissionais, promovendo práticas qualificadas e reflexões acerca da implementação de transformações que melhorem a qualidade de vida dos idosos, assim como as condições de trabalho dos profissionais.

A demanda pela discussão da temática do racismo emergiu ante a observação de práticas racistas — principalmente por falas — contra funcionários e moradores, sem que houvesse a atenção institucional para garantir seu combate, com base na proteção social e defesa dos direitos dos indivíduos que compõem o equipamento. Na reunião, alguns dados sobre racismo foram discutidos e refletiu-se sobre como combater tal questão na ILPI. O racismo consiste na crença de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à raça, e legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas (Zamora, 2012). É importante mencionar que o racismo impacta a identidade dos sujeitos, não só pela rejeição ao seu fenótipo, mas também pelas sanções resultantes dos estigmas difundidos no plano social. Diante disso, a discussão da temática com os cuidadores justifica-se pela atribuição aos equipamentos de Assistência Social de promover uma política de proteção social a riscos e vulnerabilidades, objetivando prover determinadas necessidades e seguranças sociais (Sposati, 2007); logo, torna-se dever do equipamento elaborar estratégias que minimizem os impactos do racismo sobre os usuários atendidos, o que inclui primar por processos formativos e pelo compromisso de não negar ou ignorar sua existência.

De modo geral, as intervenções com os profissionais concretizaram uma das inúmeras possibilidades de atuação dos psicólogos no SUAS, especialmente, a de assegurar espaço de acolhida, formação e suscitar reflexões em conjunto com os funcionários do serviço. Nesse ínterim, procurou-se garantir atendimento ao idoso de modo a não naturalizar práticas que violem seus direitos, bem como se possa compreendê-los como sujeitos históricos e singulares.

Por fim, o eixo 6 refere-se ao encerramento das atividades na ILPI. Um mês antes do encerramento oficial, os estagiários comunicaram a cada idoso, semanalmente, acerca da finalização do estágio. A despedida foi feita individualmente com cada idoso e formalizada junto à Direção da Instituição. As gestoras destacaram a importância do psicólogo na ILPI. Ressalta-se que, no período do estágio, a Instituição não contava com um psicólogo; todavia, após a saída dos estagiários uma profissional foi contratada.

Reflexões sobre a atuação do psicólogo na ILPI

A inserção do psicólogo nos equipamentos de alta complexidade do SUAS ainda é incipiente e carece de avanços quanto às diretrizes para uma efetiva atuação, sobretudo nas ILPIs. Nesta experiência, o desafio central foi promover a intervenção psicossocial junto a um grupo de idosos, no qual a maioria possuía, em menor ou maior grau, dependência para a realização de qualquer atividade. O contexto exigiu uma série de adaptações no manejo e nas intervenções propostas pelos estagiários, pois os moradores tinham dificuldades auditivas, físicas, cognitivas e visuais. Desse modo, em muitos momentos, a mesma proposta de intervenção era promovida em grupo, e individualmente, de acordo com as necessidades de cada idoso.

Notou-se que, nestas Instituições, o psicólogo pode contribuir por meio da realização de atividades nas quais todos possam falar e serem ouvidos, sendo respeitados e aceitos, permitindo o desenvolvimento de vínculos, espaço de acolhida e valorização de suas histórias. Furlan e Alvarez (2017) discorrem que os psicólogos devem desenvolver trabalhos que estimulem a memória, a linguagem, a autoestima, a escuta e a orientação espaço-temporal dos idosos, aspectos priorizados desde o início das intervenções propostas. O profissional de psicologia deve visar à maior compreensão da subjetividade dos sujeitos, compreendendo-os em sua totalidade. Na perspectiva de Neri (2004), cada vez mais a Psicologia será solicitada a dar respostas à população idosa, que está crescendo exponencialmente. Sendo assim, tal cenário prenuncia a construção gradual de saberes e estudos, em diálogo com os profissionais que atuam com a população idosa e com as instituições sociais voltadas para o cuidado dos mesmos. Apesar da relevância da intervenção psicossocial e da atuação do psicólogo, nem sempre este profissional é componente permanente da equipe.

Diante disso, entende-se a necessidade da atuação do psicólogo em conjunto com os cuidadores (devendo ser estes capacitados permanentemente) e a gestão das instituições, o que poderá contribuir para que o processo de institucionalização ocorra de modo mais funcional e saudável, de forma que as instituições deixem de ser estigmatizadas e consideradas como local marcado pelo abandono. Conforme apontado por Bentes, Pedroso e Maciel (2012), para ocorrer uma mudança da antiga identidade do idoso institucionalizado para uma nova identificação às ILPIs, há a necessidade de uma desconstrução social da imagem caricata de tal instituição, marcada por caridade, exclusão e abandono. Tal mudança caminha, mas de modo bem lento.

As intervenções psicossociais realizadas na experiência do presente relato se mostraram eficazes no contexto de uma ILPI. A eficácia justifica-se por esta modalidade de intervenção primar pelos processos de mudança baseados na demanda dos sujeitos envolvidos e na análise crítica das relações sociais no cotidiano dos grupos, instituições e comunidades (Afonso, 2011), contribuindo, assim, para consolidação da promoção de saúde e qualidade de vida dos idosos institucionalizados.

Considerações Finais

A experiência de estágio em Psicologia em ILPI revelou ser campo fértil e permitiu a identificação de lacunas passíveis de serem preenchidas pela contribuição das ciências psicológicas. Evidenciou-se a importância da articulação multidisciplinar da Psicologia com a assistência social, com a gerontologia, com a fisioterapia e, principalmente, com os profissionais cuidadores, para a construção de um cuidado integral e não fragmentado do idoso, conforme é preconizado pelas diretrizes de atuação do Psicólogo no SUAS. A ausência de um psicólogo na Instituição acolhedora, à época do estágio, foi visto como prejudicial por fragmentar o diálogo e centrá-lo em torno da direção. A partir das vivências, verificou-se que os cuidadores são essenciais na construção do cuidado ao idoso, pois eles conhecem os moradores mais do que qualquer outro profissional.

Além da intervenção direta com idosos, menciona-se como possibilidades de atuação de psicólogos do contexto das instituições: (1) Contribuição quanto à sensibilização e capacitação dos cuidadores. Alguns pontos relevantes de serem incorporados à capacitação giram em torno da identificação das representações destes profissionais acerca da morte, envelhecimento, sexualidade, bem como o fomento de discussões que favoreçam a reflexão e desconstrução de crenças e estereótipos não condizentes com a realidade;

(2) Atuação de modo a estimular o contato intergeracional através de parcerias firmadas com pontos estratégicos da comunidade como escolas, unidades de saúde, eventos comunitários a fim de contribuir para discussões que desmistifiquem aspectos não compatíveis a esta fase do desenvolvimento. Tal movimento contribui para a ampliação do leque de possibilidades de mudança da relação dos sujeitos com a velhice. Na atualidade, por vezes, os sujeitos deixam de considerar que o envelhecimento seja um processo inerente a qualquer ser vivo.

Ressalta-se que, dentre os desafios, um que sobressaiu durante o estágio foi a importância dos profissionais atuantes da ILPI colocarem de modo constante o próprio processo formativo e de intervenção em análise, com o objetivo de evitar a naturalização de práticas incompatíveis com a realidade, como estereótipos equivocados acerca da velhice e intervenções descontextualizadas. Ponderou-se a relevância da postura acolhedora e sensível ao contexto, bem como a proposição de intervenção com vistas àa promoção de saúde e bemestar do indivíduo institucionalizado.

A experiência de estágio, como descrita neste trabalho, mostrou-se ferramenta elementar no processo formativo dos estudantes finalistas do curso de Psicologia, ao contribuir para a exploração do campo através da indissociabilidade teórico-prática. O formato das supervisões permitiu a consolidação do espaço de compartilhamento e discussão não apenas de textos, mas também de angústias, inseguranças, incertezas, avanços e apostas. Os apontamentos supracitados contribuíram ativamente para o desenvolvimento da Psicologia que transcende o paradigma inclusão-exclusão e coopera para ca onsolidação do campo, pois permite ampliação das possibilidades de intervenções eficazes realizadas pelo psicólogo em contexto de ILPI. Sugere-se mais estudos futuros, com foco nas possibilidades de atuação do psicólogo nos diferentes equipamentos de alta complexidade do SUAS, sobretudo nas ILPIs.

Referências

Afonso, M. L. (2010) Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Afonso, M. L. M. (2011). Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, *17*(3), 445-464. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S167711682011000300008&In g=pt&nrm=iso.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2005). RDC n.º 283, de 26 de setembro de 2005. Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos. ANVISA.

- Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 820-830. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400023.
- Baltes, P. B., & Smith. (2004). Lifespan Psychology: From developmental contextualism to developmental biocultural co-construtivism. *Research in Human Development*, *1*(3), 123-144. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1207/s15427617rhd0103_1.
- Baltes, P. B., & Baltes, M. M. (1990). Psychological perspectives on successful aging: The model of selective optimization with compensation. *In*: Baltes, P. B. & Baltes, M. M. (Eds.). *Successful aging. Perspectives from behavioral sciences*, 1-34. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1017/CBO9780511665684.003.
- Barbosa, L. M., Noronha, K. V. M. S., Camargos, M., & Machado, C. J. (2019). Perfis de integração social entre idosos institucionalizados no município de Natal, Rio Grande do Norte. *Anais*, 1-20. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0061-1.pdf.
- Bentes, A. C. O., Pedroso, J. S., & Maciel, C. A. B. (2012). O idoso nas instituições de longa permanência: uma revisão bibliográfica. *Aletheia*, *38-39*, 196-205. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200016.
- Bezerra, F. C., de Almeida, M. I., & Nóbrega-Therrien, S. M. (2012). Estudos sobre envelhecimento no Brasil: revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 15(1), 155-167. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000100017.
- Bitencourt, S. M. (2019). Notas sobre o envelhecimento a partir de uma Instituição de Longa Permanência em Cuiabá (MT), Brasil. São Paulo, SP: PUC-SP: *Revista Kairós-Gerontologia*, 22(1), 163-183. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176901X Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/43187/28715.
- Botelho, J. A. (2016). O trabalho com idosos em Gestalt-terapia. *In*: Frazão, L. M., & Fukumitsu, K. O. (Eds.). *Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia* (vol. 4). Summus Editorial.
- Bessa, M. E. P., Viana, A. F., Bezerra, C. P., de Souza, L. B., de Almeida, J. J. A., & Wanderley, L. W. B. (2010). Percepção de idosos residentes em instituições de longa permanência acerca da sexualidade na terceira idade. *Cadernos da Escola de Saúde Pública*, 4(2), 19-24. Recuperado em 26 julho, 2019, de: file:///C:/Users/Dados/AppData/Local/Temp/45-Manuscrito%20Completo%20Com-Identifica%C3%A7%C3%A30%20(.docx)-82-1-10-20190919.pdf.
- Camarano, A. A., & Kanso, S. (2010). As instituições de longa permanência para idosos no Brasil, *Brasileira de Estudos de População*, 27(1), 233-235. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100014.
- Camargos, M. C. S., Rodrigues, R. N., & Machado, C. J. (2011). Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 28(1), 217-230. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S0102-30982011000100012.

- CFP. (2016). Nota técnica com parâmetros para atuação dos(as) profissionais de Psicologia no âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conselho Federal de Psicologia.
- Côrte, B., & Brandão, V. (2018). Longevidade Avançada A reinvenção do tempo. São Paulo, SP: PUC-SP: *Revista Kairós-Gerontologia*, *21*(1), 213-241. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176901X. Recuperado em 26 de julho de 2019, de: https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/39523/26782.
- Dalvi, M. G. (2011). *O idoso em instituições de longa permanência no município de Vitória/ES: relações familiares e Institucionalização*. Dissertação de mestrado. Recuperado em 29 julho, 2019, de: Repositório Emescam (http://www.emescam.br/paginas/conteudo/estude/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes-2011). Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, ES, Brasil.
- Faria, C. G., & Carmo, M. P. (2015). Transição e (In) Adaptação ao Lar de Idosos: Um Estudo Qualitativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *31*(4). Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/0102-37722015042472435442.
- Furlan V., Alvarez M.D. (2017). (Im)Possibilidades no trabalho com grupos de idosos em Instituições de Longa Permanência: uma experiência em Psicologia. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 11(2), 453-463. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1759/1246.
- Guerra, A. M. C. (2008). Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. *In*: Costa, C. M., & Figueiredo, A. C. (Orgs.). *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*, 23-58. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa Livraria.
- LCI. (2015). Envelhecimento Ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade. Centro Internacional de Longevidade Brasil. Rio de Janeiro, RJ.
- Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lei n.º 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Machado, D. J. C. (2014). Quem foi que disse que na terceira idade não se faz sexo? *Fragmentos de Cultura*, 24, 11-14. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/3573/2076.
- Miranda, G. D., Mendes, A. G., & Silva, A. A. (2016). O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 19(3), 507-519. Recuperado em 26 de julho de 2019, de: https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140.
- MDS. (2018). Encontro sobre integração entre serviços e benefícios socioassistenciais para pessoa idosa: os serviços de acolhimento para pessoas idosas e os desafios da proteção social especial. 28 e 29 de junho de 2018, São Paulo, SP: Ministério do Desenvolvimento Social. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/ApresentacoesIdoso/zipad os/Mesa%201/Mesa%201/Sess%C3%A3o%204%20-%20Mesa%201%20-%20Os%20desafios%20de%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20ILPIs%20na%20pe rspectiva%20do%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico.pdf.

- Neri, A. L. (2004). Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, *1*(1). Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/46.
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas em psicologia*, *14*(1), 17-34. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005.
- OMS. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília, DF: Organização Panamericana de Saúde.
- ONU. (2019). *World Population Prospects 2019: Highlights*. United Nations, Departamento f Economic and Social Affairs. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_10KeyFindings.pdf.
- Palacios-Ceña, D., Martínez-Piedrola, R. M., Pérez-de-Heredia, M., Huertas-Hoyas, E., Carrasco-Garrido, P., & Fernández-de-las-Peñas, C. (2016). Expressing Sexuality in Nursing Homes. The Experience of Older Women: A Qualitative Study. *Geriatric Nursing*, *37*(6), 470-477. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1016/j.gerinurse.2016.06.020.
- Papaléo Netto, M., Yuaso, D. R., & Kitadai, F. T. (2005). Longevidade: desafio no terceiro milênio. *O mundo da saúde*, 29(4), 594-607. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://longevidade.ind.br/wp-content/uploads/2017/04/13_Longevidad._desafios3mil.pdf.
- Pinheiro, D., & Borloti, E. (2006). Qualidade de vida e bem-estar na velhice: A função dos relacionamentos interpessoais. *In*: Garcia, A. (Org.). *Relacionamento interpessoal: Estudos brasileiros*, 122-134. Coletânea de Textos. Mini-Congresso do IARR International Association for Relationship Research, 1 a 3 de julho de 2005. Vitória, Espírito Santo, Brasil. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://agnaldogarcia.files.wordpress.com/2010/12/relacionamento_interpessoal_estudos_brasileiros.pdf.
- Pinto, S. P. L. C., & Simson, O. R. M. V. (2012). Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: sumário da legislação. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, *15*(1), 169-174. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000100018.
- Queiroz, G. A., & Silva, M. V. (2012). Intervenção psicossocial em instituições de longa permanência: especificidades e entraves. *Memorialidades*, *9*(18), 242-278. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/34.
- Ribeiro, P. C. C. (2015). A Psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(spe), 269-283. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200009.
- Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 585-593. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013.
- Sposati, A. (2007). Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, *10*(1), 435-458. Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf.
- Tomasini, S. L. V., & Alves, S. (2007). Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 4(1). Recuperado em 26 julho, 2019, de: http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/119/94.

UFNPA. (2012). Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio. Fundo de População das Nações Unidas, Nova York, USA. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf.

Venturini, L. (2017). Sexualidade de idosas institucionalizadas: Percepção da equipe de enfermagem. Dissertação de Mestrado. Recuperado em 26 julho, 2019, de: Repositório Digital da UFMS. (https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11909). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Revista de Psicologia*, 24(3), 563-578. Recuperado em 26 julho, 2019, de: https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009.

Recebido em 30/07/2019 Aceito em 30/09/2019

Thays Hage da Silva - Psicóloga, Mestranda em Psicologia Social, pesquisando a temática do envelhecimento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-3412-8865

URL: https://orcid.org/0000-0003-3412-8865

E-mail: thayshage@gmail.com

Léia da Conceição Pereira - Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-8895-2900

URL: https://orcid.org/0000-0001-8895-2900

E-mail: cpereira.leia@gmail.com

Caio Gracco Lima Ancillotti - Psicólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES).

ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-4820-7997

URL: https://orcid.org/0000-0002-4820-7997

E-mail: caio.ancillotti@gmail.com

Sabrina Gusmão Pimentel - Psicóloga, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, PPGP/UFES.

E-mail: sabrinagpimentel@gmail.com

Ana Maria Justo – Doutora em Psicologia, Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ORCID iD: http://orcid.org/0000-0003-2056-3575

URL: http://orcid.org/0000-0003-2056-3575

E-mail: justoanamaria@gmail.com